

Abordagem psicossocial e incubação em economia solidária na comunidade Baixio dos Oitis em Crato-CE

Antonia Samara de Sousa Pereira^{*}

Francisco Wagner Santana Filgueiras^{**}

Iasmin Monteiro Costa^{***}

Maria Vanessa de Souza Araújo^{****}

Eduardo Vivian Cunha^{*****}

Introdução

Este trabalho se desenvolve em projeto de extensão vinculado à Incubadora Tecnológica de Empreendimentos em Sociais e Populares (ITEPS/UFCA), que tem como meta principal desenvolver ações estratégicas e integradas que orientem a inserção de empreendimentos produtivos populares e solidários para construir, revitalizar e ampliar oportunidades de geração de trabalho e renda. Enfatiza-se a constituição e fortalecimento de redes locais de economia solidária, apoiando-se na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Nesse ínterim, o presente trata de uma intervenção em curso para incubação em economia solidária na comunidade Baixio dos Oitis, município de Crato, Ceará.

A comunidade, em específico, é marcada por uma história de conflito territorial e permanente ameaça a direitos fundamentais, que perpassa pelo menos três gerações de moradores. Ali residem aproximadamente 20 famílias, cujas propriedades de terra

* Estudante do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

E-mail: samarasousapr@gmail.com

** Estudante do curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri-UFCA.

E-mail: wagner.santana@aluno.ufca.edu.br

*** Estudante do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

E-mail: iasminmonteirocosta@outlook.com

**** Estudante do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

E-mail: vanessamsa98@gmail.com

***** Doutor em Administração. Professor da Universidade Federal do Cariri.

E-mail: eduardo.cunha@ufca.edu.br

são negadas por fazendeiros locais que, para além disso, exigem taxas por plantio e colheita aos moradores, bem como exploram indevidamente suas forças de trabalho.

São notórias as relações de subserviência por parte da maioria das famílias da comunidade, caracterizada principalmente por pessoas que são agregadas e moram em casas de pau-a-pique, não podendo construir residências de alvenaria e necessitando da permissão do “dono da terra” para continuarem morando na mesma. A contrapartida para os camponeses produzirem na terra se dá através da prática do arrendamento com pagamento em produto e/ou serviços.

No período de 2018 a 2019, foi desenvolvido pela ITEPS o projeto de extensão Quintais Produtivos, que implantou 10 desses empreendimentos, dos quais 8 foram construídos e cuidados por mulheres, no intuito de empoderar e dar autonomia a essas famílias. O projeto prosperou rapidamente com apoio de organizações e profissionais dando total suporte e realizando o devido monitoramento das atividades. A pronta adesão dos moradores também contribuiu para este rápido avanço.

Por outro lado, com a chegada da pandemia do coronavírus, o acompanhamento foi interrompido e a maioria das famílias perdeu a produtividade de seus quintais. A reaproximação da equipe técnica da ITEPS acabou se dando apenas em meados de 2021, com o arrefecimento de algumas medidas de distanciamento social, momento em que esta equipe se propôs diagnosticar o atual cenário da comunidade. A principal preocupação foi compreender determinantes, para além do distanciamento, que levaram à desativação da maioria dos empreendimentos, outrora prósperos.

Objetivou-se compreender, assim, a situação da comunidade a partir de suas próprias observações, como intuito de juntar dados empíricos que corroborem para uma análise próxima da realidade. Isto foi realizado levando-se em conta ainda questões psicossociais envolvidas e visando-se construir soluções adequadas às demandas levantadas pelos próprios moradores, ou seja, a partir da compreensão da realidade que surge da sua leitura do contexto local.

Do ponto de vista teórico-metodológico, essa pesquisa, quanto à natureza, classifica-se como aplicada. Com isto, o objetivo é gerar conhecimentos de aplicação prática para problemas específicos. Além disso, trata-se de pesquisa exploratória, buscando maior familiaridade com o problema.

Quanto à abordagem da problemática, a pesquisa é qualitativa, em que se interpreta e analisa os fenômenos, além de estimular o entrevistado a pensar e a falar livremente sobre determinado tema. Do ponto de vista dos instrumentos de coleta de dados, o trabalho se utiliza de procedimentos técnicos como a pesquisa bibliográfica,

permitindo aporte teórico em produção científica anterior, além de pesquisa de campo, que tem como principal característica o questionamento direto com pessoas relevantes para a pesquisa. Utilizou-se a entrevista semiestruturada e de observação participante como ferramentas principais de coleta.

Do que fora colhido em resposta, foi possível constatar, como será demonstrado, que o fator determinante para o arrefecimento dos quintais produtivos foi a falta de articulação da comunidade - por fatores diversos que também serão esquadrihados - para uma economia solidária, isto é, para o desenvolvimento de autogestão, solidariedade, cooperação, respeito ao meio ambiente, comércio justo e consumo consciente. Ora, se tal fator predominou, carece de ser objeto de uma incisiva intervenção por esta incubadora, cujo mote não é outro.

Agricultura Familiar, Ruralidades e Economia Solidária

Qualquer pesquisa que se volta para a comunidade na busca de compreendê-la para, dela e com ela, construir soluções, precisa embasar-se cientificamente nas questões sociais envolvidas, fazendo um recorte teórico que permitirá abordagens mais sensíveis aos emaranhados complexos em que as mais diversas variáveis se relacionam. Segundo Amatuzzi (1996, p. 97):

O pesquisador recolhe informações não apenas a partir de sua reflexão pessoal sobre sua experiência enquanto expressiva da experiência comum da humanidade, recolhe informações sistematicamente, entrando em alguma situação previamente escolhida ou de alguma forma planejada.

É fundamental compreender o que é comunidade, para que se possa adentrar no seu território despreendido de limitações conceituais. Wirth (1973) ressalta que a tarefa de qualquer estudo envolvendo a vida comunitária é descobrir o centro e os limites de uma comunidade. No passado, a área de uma comunidade era demarcada arbitrariamente ou definida por limites políticos ou administrativos. Atualmente, o autor relata uma tendência pela procura por definir o território a partir da coesão interna da vida comunitária, e a determinação das margens de influências das diferentes comunidades como referências umas às outras.

Olhando para as comunidades rurais, especificamente, Wanderley (2000) afirma que o rural no Brasil ainda é marcado pela agricultura, sobretudo pela agricultura familiar e, também é um espaço marcado pela precariedade no acesso aos serviços e bens de consumo. O intenso processo de modernização do espaço agrário alcançou

apenas grandes fazendeiros, com acesso a crédito e capital, deixando de lado a agricultura familiar. Abramovay (1992, p. 22) afirma, que, na esteira desse processo, nos países desenvolvidos, as unidades de produção familiar

[...] foram a condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no próprio desenvolvimento do mundo capitalista: o de permitir que o peso da alimentação na estrutura de consumo dos assalariados fosse cada vez menor e, portanto, que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente à aquisição de bens duráveis, uma das bases da própria expansão que conheceu o capitalismo entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos de 1970.

Conforme se investe na agricultura de larga escala em detrimento da agricultura familiar, concentrando capital, chegamos a uma situação de “[...] grande disparidade de renda e de qualidade de vida entre nossa população” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 38). Essa questão interfere negativamente nas condições psicossociais dos que dependem do campo para sobreviver. É comum ao imaginário do homem urbano ver o rural como um local idílico, como se fosse possível a inexistência de conflitos, tensões e sofrimentos nesse contexto.

Observam-se também vários preconceitos ligados ao homem e à mulher do campo, segundo Landin (2015), tidos como atrasados, pobres e simplórios, e ao olhar para a ruralidade, pensa-se no rural como um só, não considerando a ampla gama de contextos, níveis sociais e situações vivenciadas por esses grupos. Nesse sentido, Monteiro (2015) aponta que não podemos nos ater a uma visão maniqueísta que dicotomiza o rural-urbano como opostos, já que seria empobrecedor trabalhar com a ideia de que o rural é homogêneo.

É pela educação que tamanha ignorância pode ser sanada e, aos poucos, substituída na sociedade por uma posição que vá ao encontro das ruralidades como resgate histórico em respeito ao futuro das memórias do campo. Segundo Singer (2002) os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles.

Segundo Paulo Freire (1963, p. 3):

A sua integração a seu contexto - resultante de estar não apenas nele, mas com ele - e não sua adaptação ou acomodação, próprias da esfera dos contatos - implica em que tanto a visão de si mesmo como a de seu mundo não podem absolutizar-se.

Falar em educação rumo às comunidades requer ao menos que seja citado, mesmo que genericamente, o ensinamento de Paulo Freire (1963) para a educação popular, insistindo para não continuarmos (re)produzindo relações de dominação, para que o saber e conhecimento sejam compartilhados e não apenas depositados. Segundo Gadotti (2000), as possibilidades de futuro da educação popular são enormes e suas instituições originais estão presentes na educação libertadora.

A educação não apenas liberta, como desenvolve. E esse desenvolvimento está para além do crescimento econômico. Da década de 1970 até o presente momento, o modelo de desenvolvimento puramente capitalista vem sendo contestado em contraponto à questão ambiental, à igualdade e à justiça. Nesse contexto, as experiências em economia solidária passaram a ter mais visibilidade. Para França Filho (2002), esta é uma característica importante desta economia:

Tratando-se de uma forma de economia que proporciona o desenvolvimento ao invés de constituir-se como um setor à parte, a economia solidária tem muito mais vocação para interagir com as formas econômicas dominantes, em uma perspectiva de elaboração de arranjos particulares de princípios econômicos diversos, a fim de subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva como, por exemplo, uma dinâmica recíproca ou um projeto associativo (FRANÇA FILHO, 2002).

Lisboa (1999) também afirma que o desafio proposto pela economia solidária é de construir uma alternativa a partir das relações com o mercado. Uma alternativa “não mais ao capitalismo, mas no capitalismo”, como uma forma de resistência à lógica “destrutiva” que preside a sociabilidade contemporânea e ao mesmo tempo como possibilidade de construção de uma nova sociedade, a longo prazo, porém no aqui e agora.

Segundo Souza e Baiardi (2006), o conceito de economia solidária amplia a perspectiva de inclusão efetiva da sociedade civil no processo de construção de alternativas de desenvolvimento. Neste mesmo contexto, Mello (2005, p. 151-152) aponta que:

[...] a economia solidária é uma forma da economia que se desenvolve através de empreendimentos autogestionários, uma forma coletiva e participativa em que os próprios trabalhadores são produtores, proporcionando uma distribuição mais justa da renda e estimulando relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente.

Nota-se, portanto, a importância de se trabalhar a economia solidária na comunidade abordada, produzindo mudanças sociais importantes rumo a uma eficácia coletiva e a um sentimento de pertencimento, forças motoras do desenvolvimento comunitário. Capacitar, instruir, formar e facilitar para as novas tecnologias, portanto, abre portas e gera oportunidades onde reinava desesperança.

Resultados e Discussões

As atividades planejadas foram desenvolvidas prioritariamente de forma virtual, devido ao contexto pandêmico e pela possibilidade de alcançar um número maior e diverso de participantes. No entanto, três momentos presenciais foram realizados, considerando todos os protocolos de higiene sanitária e distanciamento social. Em suma, após as experiências dos quintais produtivos terem sido interrompidas em 2019, conforme relatado anteriormente, iniciou-se uma busca ativa sobre as possíveis causas, para que fossem construídas, conjuntamente à comunidade, soluções viáveis.

A primeira etapa dessa intervenção aconteceu no dia 22 de maio de 2021, iniciando às 14h, consistindo em reunir presencialmente os contemplados com o projeto Quintais Produtivos, para uma reanimação ao mesmo tempo em que se buscou, coletivamente, compreender as questões da comunidade, dos indivíduos e da própria incubadora, que fizeram paralisar seu andamento.

A atividade planejada para esse dia foi uma mútua apresentação dos novos integrantes do projeto e da comunidade. Uma primeira dinâmica buscou saber como estavam os ânimos, dada a pandemia e o distanciamento. Uma a uma, as mulheres presentes relataram como estavam as atividades com os quintais produtivos. Nesse encontro, estiveram presentes pesquisadores de área transversal sobre o direito à terra e moradia, dentre os quais, o Prof. Dr. Geovani de Oliveira Tavares, que se inteirou dos atuais conflitos territoriais.

Após o momento de autoapresentação e relatos, foi possível realizar três constatações que apontam para as dificuldades na manutenção dos quintais implantados na fase anterior do projeto. A primeira delas consiste na incapacidade de geração de renda com os quintais, dos quais a maioria apenas serviu para consumo próprio, dando perda ao excedente. Não houve prática de comercialização na comunidade e, o fator primordial dessa lacuna, versa sobre o despreparo para atividade de comercialização no âmbito da economia solidária.

Outro fator constatado que interferiu na negativa dos resultados dos quintais foi a questão conflituosa da propriedade de terras entre moradores e fazendeiros dominantes da localidade. Notou-se uma polarização em que, de um lado, algumas mulheres militam na luta pela terra, abordando o assunto de forma impositiva, enquanto de outro lado, aquelas que, por não se reconhecerem em relação de opressão pelo “ dono da terra”, não estão buscando os seus direitos.

Um terceiro fator foi detectado, como um elemento “embutido” nas falas de algumas moradoras e lideranças da comunidade. Abriu-se um discurso sobre o autorreconhecimento enquanto mulheres que estão sendo oprimidas, fazendo memória e relação com a escravidão que seus antepassados sofreram, incentivando-as a romper com essas relações, para irem em busca da liberdade da terra e dos recursos econômicos que elas produzem.

Ao final desse primeiro acesso à comunidade, verificou-se a necessidade de uma segunda intervenção mais direta e individual, caso a caso, através de uma entrevista semiestruturada que esquadrinhasse melhor as condições e opiniões da própria comunidade sobre suas problemáticas, dessa vez afastadas do fator “falar em público”, muitas vezes intimidante.

Foram elaboradas perguntas inicialmente de caráter socioeconômico, aplicadas a um total de 8 famílias. Arguiu-se idade, sexo, membros familiares, parentescos, renda familiar, fontes de renda principais e secundárias, viabilidade da atividade agrícola e atividades produtivas realizadas pelos componentes familiares. Em seguida, com maior relevância, foram questionados sobre os problemas que afetam a comunidade.

Das respostas, todas as entrevistadas (8 mulheres) afirmaram que poucas participam das ações da comunidade ou, que não há interesse nas questões comunitárias ou que há divisão da comunidade em posições e atividades. Quando solicitados a justificarem suas respostas, 4 entrevistadas citaram a palavra desinteresse ou a expressão acomodação/manipulação com as poucas benfeitorias feitas pelos “donos da terra”.

Quando perguntados sobre o que a comunidade mais precisa para o momento, todos os entrevistados, em síntese, citaram questões de infraestrutura, como iluminação pública, calçamento de estradas, atenção básica de saúde, dentre outros. Enfatize-se, no entanto, que 3 entrevistadas citaram expressões que versam sobre a necessidade de união na comunidade.

Quando perguntados sobre como podem contribuir para o problema que apresentaram, todas as entrevistadas utilizaram termos relacionados a adquirir mais

conhecimento, conhecer mais os seus direitos e aprender como melhorar a sua produtividade. No último questionamento, perguntou-se sobre quais talentos identificam na sua comunidade.

Quatro entrevistadas citaram a habilidade para a horta e cultivo, bem como 5 entrevistadas enfatizaram o artesanato muito presente, mas menosprezado. O objetivo era coletar dados socioeconômicos e aspectos subjetivos das relações estabelecidas com a comunidade. Dentre os aspectos subjetivos coletados, portanto, houve uma confirmação das relações de dominação e opressão que sofrem. Apesar de haver mulheres lutando pelos seus direitos, as demais moradoras não reconhecem a iniciativa também como lutas suas.

Em síntese, constatou-se uma fragilização dos vínculos entre as moradoras, que não se reconhecem pertencentes ao local, pela ausência de uma identidade social forte e coletivamente construída. Outra fragilidade percebida foi a falta de empoderamento e autorreconhecimento das moradoras enquanto sujeito atuante dentro de uma comunidade. A partir dessa análise e dos dados coletados com as perguntas mais objetivas do questionário, intentou-se construir soluções eficazes e praticáveis na comunidade.

Uma intervenção primária consistiu na elaboração, pelas componentes da equipe de graduandas em psicologia, de um projeto que trabalhará as fragilidades dos vínculos, a autonomia, o empoderamento, a identidade social dentre outros. As falas que perpassavam as perguntas objetivas, sendo falas mais livres, mesmo ainda estando relacionadas às questões, permitiram a compreensão de que há um sofrimento pessoal que também é social. A partir dessa compreensão, foram direcionados os esforços, tendo como base as teorias sociais e comunitárias da psicologia, assim como técnicas e teóricos que contribuíram/contribuem para o fazer da psicologia enquanto uma área voltada para o social.

Uma pesquisa que seria realizada de forma puramente objetiva, passou a considerar aspectos subjetivos dos participantes. Foram esses aspectos subjetivos que conduziram a uma segunda solução, que abarca o projeto proposto e agrega a questão econômica e social. Trata-se da capacitação continuada para a economia solidária, facilitada a todos os moradores, especialmente os contemplados com os quintais produtivos.

Justifica-se, pois, o empenho da equipe em sanar o déficit conceitual de uma nova forma de economia na comunidade a partir de capacitação e formação para as tecnologias e inovações no campo, que permitam desenvolver os que porventura

ingressarem nesse processo salutar de incubação, na realização de um terceiro encontro com a comunidade para uma formação integrativa.

Os módulos que começam a ser ofertados no curso serão mediados pelos próprios moradores das comunidades rurais, não somente do Baixio dos Oitis, cujas ações de produção e comercialização são atravessadas por uma teoria e prática em economia solidária. O curso foi dividido em quatro módulos e o primeiro módulo foi realizado com a presença de moradores e estudantes interessados. O início do curso, no dia 14 de agosto de 2021, caracterizou o terceiro momento de intervenção, conforme apontado anteriormente.

No primeiro momento da formação, foi abordado o conceito de economia solidária, mercado, capitalismo e economia em formato crítico. Além disso, foram trabalhados conceitos quanto a organizações de economia solidária e os empreendimentos econômicos solidários, incentivando grupos associativos, fortalecendo os laços afetivos comunitários e enfrentando desafios do contexto virtual e da utilização das redes sociais como ferramenta de inclusão e geração de renda. Duas dinâmicas foram realizadas com êxito, como avaliado pelos presentes, por construírem conhecimento de forma fácil e acessível, não imposta.

Ao final do primeiro encontro, as moradoras entusiasmaram a ideia de realizar, já no próximo módulo, previsto para o último sábado do mês de agosto do corrente ano, uma feira de troca em economia solidária, colocando em prática os conceitos aprendidos e oportunizando a movimentação dos talentos que, outrora, constataram-se sufocados e menosprezados.

O segundo módulo versará sobre estratégias de comercialização em economia solidária: grupos associativos, as feiras, os grupos de compras, associações e cooperativas. O terceiro módulo abordará a formação de preço, custos fixos e variáveis, margem de contribuição e como organizar lista de pedidos. O quarto módulo abordará estratégias de comercialização em economia solidária no contexto virtual com uso das redes sociais, das diferenças entre os tipos de aplicativos e redes sociais, como realizar, se comunicar com o público, fazer registros fotográficos dos produtos e comunicar-se com os clientes.

As perspectivas para a realização dos próximos módulos se baseiam nos depoimentos colhidos dos participantes do primeiro encontro. Unanimemente enaltecida a metodologia utilizada, projeta-se manter a linha de atuação dos organizadores e colaboradores. A proximidade praticada entre comunidade, psicologia, administração pública, gestão social e economia solidária produziu extraordinários e

inesperados resultados positivos, do que se confirma a parceria de todos os envolvidos na continuidade do trabalho.

Considerações finais

Tal relato se conclui, primeiramente, pela satisfeita relação desenvolvida entre as diversas disciplinas que atuaram na construção do trabalho. Se o objetivo principal dessa pesquisa, como apontado, era compreender as condições da realidade atual da comunidade a partir de informações da própria comunidade, essa etapa foi vencida com êxito, após realização de pesquisa *in loco*, tão bem recepcionada pelos moradores, maravilhados até por não receberem com frequência o apoio de organizações e pessoas interessadas.

Se, por conseguinte, objetivou-se reunir dados empíricos para uma análise próxima da realidade, pode-se afirmar que tal intento se alcançou de modo tão surpreendente que todos os envolvidos com a busca ativa realizada relataram, individualmente, sua perplexidade com os fatos constatados, nomeadamente um caso de escravidão velada e abuso de poder econômico e de autoridade que, sem vista dos fiscais da lei, passam “despercebidos” e perenizam o sofrimento daquele povo.

Dado que havia ainda o propósito de considerar, sob a ótica psicológica e social, as variáveis relacionadas à complexidade abordada, considera-se compreendido que existem fatores do comportamento e do relacionamento humanos cuja abordagem mais técnica é crucial para mudança de realidade e de perspectiva de futuro da coletividade e de cada indivíduo em comunidade.

Note-se que, por trás das falas incisivas de algumas mulheres da comunidade, existe uma realidade inafastável de exploração econômica, cultural, social, ambiental e estrutural dessas pessoas em face do poder exercido por uma família específica, mandante das terras, que com intimidação e ameaças, mina o potencial criativo dessas mulheres, que deixam seus talentos de lado para simplesmente subsistir.

Por fim, do alcance de todos os desígnios citados, visava-se a construção de soluções adequadas às demandas levantadas. Ora, algumas configuravam atuação do poder público com aporte de infraestrutura e serviços básicos. Para estas, a pesquisa corrobora com uma construção de conhecimento e levantamento de dados que se tornam úteis e indispensáveis para se pensar políticas públicas alinhadas com a realidade do local.

Aqui está posto o maior desafio a ser enfrentado. A vontade política precisa ser convertida à comunidade, rompendo a cooptação e o monopólio de terceiros na

máquina pública, abrindo caminho para a atuação do direito, livre de amarras oligárquicas, como se não houvera passado o Brasil colônia. Articulações vem sendo feitas com a Defensoria Pública e o Ministério Público. São esperadas vitórias iminentes de usucapião e liberdade territorial para algumas; deseja-se que chegue a todas, quando assumirem suas causas próprias.

Afora, todas as demais questões apuradas puderam ser abarcadas em um duplo projeto de intervenção, de um lado psicossocial e, de outro lado, econômico, cultural, ambiental e sociopolítico. A economia solidária, como anteriormente retratada, é ferramenta multidisciplinar com alcance profundo na comunidade, tocando questões sensíveis, da autoestima à qualidade de vida e capacidade produtiva. Investir, portanto, no indivíduo como empreendedor de si mesmo, motivador da comunidade e promotor do bem comum.

A ITEPS, a partir dos resultados desse trabalho, segue construindo novos projetos no intuito de contribuir mais largamente com a comunidade abordada, desde a retomada dos Quintais Produtivos, com apoio de organizações e profissionais já em negociação, até a inclusão de novos contemplados da localidade, complementando tal processo com a continuidade da formação em economia solidária, fomentando um ecossistema produtivo naquele lugar.

Essa pesquisa servirá de base para trabalhos futuros dessa incubadora, bem como espera-se que seja instrumento a contribuir com outros pesquisadores motivados ao desenvolvimento da comunidade em específico, bem como de outras comunidades rurais espalhadas pelos sertões do Brasil, cuja maioria permanece vítima o olhar distante da sociedade e do poder público.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

ALBUQUERQUE, F. J. B. Psicologia Social e Formas de Vida Rural no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18. n.1, p. 37-42. abr. 2002.

AMATUZZI, M. M. Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 13, n. 1, 1996.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão pública? In: ENANPAD, 2002. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

FREIRE, Paulo. Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo. **Estudos universitários. Revista de cultura da Universidade do Recife**, n. 4, abr./jun. 1963.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, jun. 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200002>>. Acesso em: 19 de ago. 2021.

LANDINI, F. **Hacia una psicología rural latino-americana**. Buenos Aires: CLACSO. 2015.

LISBOA, A. M. A. Emergência das redes de economia popular no Brasil. Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho. In: DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p. 55-89.

MELLO, Sylvia Leser de. Economia Solidária e democracia. In: FÍGARO, Roseli (Org.). **Gestão da comunicação no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

MONTEIRO, R.C. Educación y ruralidades contemporáneas. Aportes psicológicos para el debate. In: F. Landini, F. (Coord). **Hacia una psicología rural latino-americana**. Buenos Aires: CLACSO. 2015. p. 103-106.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, J. C. M.; BAIARDI, A. A. Economia solidária como instrumento do desenvolvimento sustentável: o caso de pintadas. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. SOBER, 44. 2006. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Cdmais, 2006. 1 CD- ROM.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudo, Sociedade e Agricultura**, v. 8, n. 2, p. 87-145, out. 2000.

WIRTH, L. Delineamento e problemas de comunidade. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 83-95.